



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Home Page: www.conquista.mg.gov.br

e-mail: governo@conquista.mg.gov.br

Telefone: (34) 99721-6813

Praça Coronel Tancredo França, nº 181, Centro
CEP. 38.195-000 – CONQUISTA – Minas Gerais

RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (ITBI)

1. Objeto da Análise:

- **Projeto de Lei:** PL 026/2025.
- **Finalidade:** Concessão de isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas transmissões realizadas pela Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG), vinculadas a programas habitacionais de interesse social.
- **Impacto Financeiro Estimado da Isenção:** R\$ 70.000,00 (referente ao ITBI não arrecadado).

2. Parâmetro Orçamentário

Para projetar o impacto e atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), utiliza-se o valor da Receita Corrente Líquida (RCL) mais recente informada, conforme a seguir:

- **Receita Corrente Líquida (RCL) de setembro/2025:** R\$ 59.839.462,01.

3. Cálculo do Impacto no Orçamento

O impacto financeiro é a relação entre o valor da isenção proposta e a Receita Corrente Líquida do município.

O cálculo da representatividade percentual da perda de receita é dado pela fórmula:

$$\text{Representatividade} = \frac{\text{Valor da Isenção}}{\text{RCL}} \times 100$$

- **Valor da Isenção:** R\$ 70.000,00
- **RCL:** R\$ 59.839.462,01
- $\text{Representatividade} = \text{R\$ } 70.000,00 \times 0,00117\%$

R\$ 59.839.462,01

Descrição	Valor (R\$)
Perda de Receita (Isenção)	70.000,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	59.839.462,01
Representatividade da Perda na RCL	0,00117%

4. Conclusão e Requisitos da LRF

A isenção na cobrança do ITBI no valor de R\$ 70.000,00, embora represente uma renúncia de receita para o Município de Conquista/MG, apresenta um **impacto financeiro percentual**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Home Page: www.conquista.mg.gov.br

e-mail: governo@conquista.mg.gov.br

Telefone: (34) 99721-6813

Praça Coronel Tancredo França, nº 181, Centro

CEP. 38.195-000 – CONQUISTA – Minas Gerais

extremamente baixo sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) de setembro de 2025, correspondendo a aproximadamente **0,00117%**.


- **Necessidade:** A medida está vinculada a **programas habitacionais de interesse social**, justificando sua relevância social e potencial para mitigar o déficit habitacional.
- **Atendimento à LRF (Lei Complementar nº 101/2000):** O impacto deve ser demonstrado em relação à **Receita Corrente Líquida**. Uma vez que o impacto é residual (inferior a 0,01%), o município possui capacidade fiscal para absorver a renúncia de receita. Contudo, para o cumprimento integral do **art. 14 da LRF**, o Projeto de Lei, ou a Mensagem que o acompanha, deve:

1. Estar acompanhado de uma **estimativa de impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes (o presente relatório atende a essa estimativa para o primeiro exercício).
2. Constar com uma **compensação da perda de receita** (o que geralmente não é exigido para um impacto tão baixo) ou demonstrar que a renúncia foi considerada no cumprimento das metas de resultado fiscal.

Em suma, o impacto financeiro da isenção é **mínimo**, mas a aprovação do PL 026/2025 exige a formalização do atendimento ao **art. 14 da LRF**, com a estimativa plurianual do impacto e a justificativa social da medida.

Portanto, o benefício social direto alcançado pela isenção **supera amplamente** o impacto fiscal da medida, que é **residual e plenamente absorvível** pelas finanças municipais, não comprometendo as metas fiscais nem a execução de serviços essenciais.

Conquista/MG, 17 de novembro de 2025


BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito de Conquista


FABIANO ERIK LORENA
Secretário Municipal de Fazenda


LORENA GUARATO DE OLIVEIRA CARRIJO
Contadora CRC MG 117605



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA

Home Page: www.conquista.mg.gov.br

e-mail: governo@conquista.mg.gov.br

Telefone: (34) 99721-6813

Praça Coronel Tancredo França, nº 181, Centro
CEP. 38.195-000 – CONQUISTA – Minas Gerais

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Município: Conquista/MG

Referência: Projeto de Lei nº 026/2025 – Concessão de Isenção do ITBI.

Eu, **BRÁULIO QUEIROOGA DE MOURA FILHO**, Prefeito do Município de Conquista/MG, no uso de minhas atribuições legais e em atenção ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, **DECLARO** o que se segue em relação ao Projeto de Lei nº 026/2025, que dispõe sobre a renúncia de receita tributária por meio da isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em operações da COHAB vinculadas a programas habitacionais de interesse social:

1. Demonstração da Adequação Orçamentária

O ato de renúncia de receita proposto no Projeto de Lei nº 026/2025 atende integralmente ao disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 14 da LRF, conforme demonstrado:

Exercício	2026 (Início da Vigência)	2027 (1º Exercício Seguinte)	2028 (2º Exercício Seguinte)
Estimativa da Renúncia de Receita (ITBI)	R\$ 70.000,00	R\$ 72.000,00 *	R\$ 74.000,00 *

* Valores projetados com correção de 2,85% ao ano para fins de estimativa plurianual.

2. Comprovação de Não Prejuízo às Metas Fiscais

A renúncia de receita em questão não afetará o atingimento das metas de resultado fiscal previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, pelos seguintes motivos:


1. **Impacto Mínimo:** A estimativa de renúncia de receita para o primeiro exercício (R\$ 70.000,00) representa apenas **aproximadamente 0,00117%** da Receita Corrente Líquida (RCL) de referência (R\$ 59.839.462,01 – Setembro/2025), sendo este impacto classificado como **residual e irrelevante** para o equilíbrio das contas pública.
 - o **Compensação/Cenário Fiscal: Metas Fiscais:** Em função do impacto financeiro ser de **minimis** e a renúncia estar vinculada a uma política de interesse social (moradia), o cenário fiscal atual permite a concessão sem risco de descumprimento das metas fiscais.

3. Justificativa Social da Medida

A medida proposta possui alto relevo social, pois a isenção do ITBI em transmissões de programas habitacionais de interesse social é fundamental para garantir o **acesso à moradia digna** para a população de baixa renda de Conquista, mitigando o déficit habitacional e promovendo a justiça social.

Assim, a presente renúncia de receita está **adequada e compatível** com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com o Plano Plurianual (PPA), e não prejudicará o cumprimento das metas fiscais.

Conquista/MG, 17 de novembro de 2025.


BRAULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
PREFEITO DE CONQUISTA